PROJETO DE LEI Nº , DE 2012

(Do Sr. Ademir Camilo)

Acrescenta parágrafos ao art. 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho aos domingos nos contratos de terceirização.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se como § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 68.

.....
§ 2º Na hipótese de terceirização de atividade que exija trabalho aos domingos, a permissão concedida à tomadora dos serviços, nos termos do § 1º deste artigo, será estendida à empresa prestadora dos serviços.

§ 3º A extensão a que se refere o § 2º deste artigo valerá exclusivamente durante a vigência do contrato de prestação de serviços e para os trabalhos vinculados à sua execução.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal garante a todos os trabalhadores repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos (art. 7º, inciso XV).

A preferência constitucional pelo repouso aos domingos tem motivações sociais, culturais e religiosas. Levando-se em consideração, porém, razões técnicas e o interesse público, assim como a força maior e os trabalhos inadiáveis, pode ser autorizado o trabalho aos domingos e feriados, conforme estabelecem os arts. 68 a 70 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentados pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949.

Um problema, porém, tem sido observado nos últimos anos com relação a essa questão. Ocorre que, em regra, quando ocorre a terceirização de serviços, a empresa prestadora não possui a autorização, pois, como é típico nesse tipo de contrato, sua atividade-fim não é a mesma da tomadora dos serviços. Esse descompasso entre a lei e a realidade econômica tem dificultado a execução de muitos contratos, prejudicando não apenas as empresas, mas também os trabalhadores envolvidos.

Diante disso, estamos propondo, por meio deste projeto de lei, que a permissão concedida à tomadora dos serviços seja estendida à prestadora, exclusivamente durante a vigência do contrato e para os trabalhos vinculados à sua execução.

Acreditamos que essa medida é necessária para adequar a lei ao momento atual, em benefício do sucesso econômico do Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado ADEMIR CAMILO